

## MUNICÍPIO DE ARMAMAR

### AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

# **REVISÃO AO PROJETO DE EXECUÇÃO PARA A REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GOMES TEIXEIRA**

PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL N.º 05MUNAMM25

CONCURSO PÚBLICO  
PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

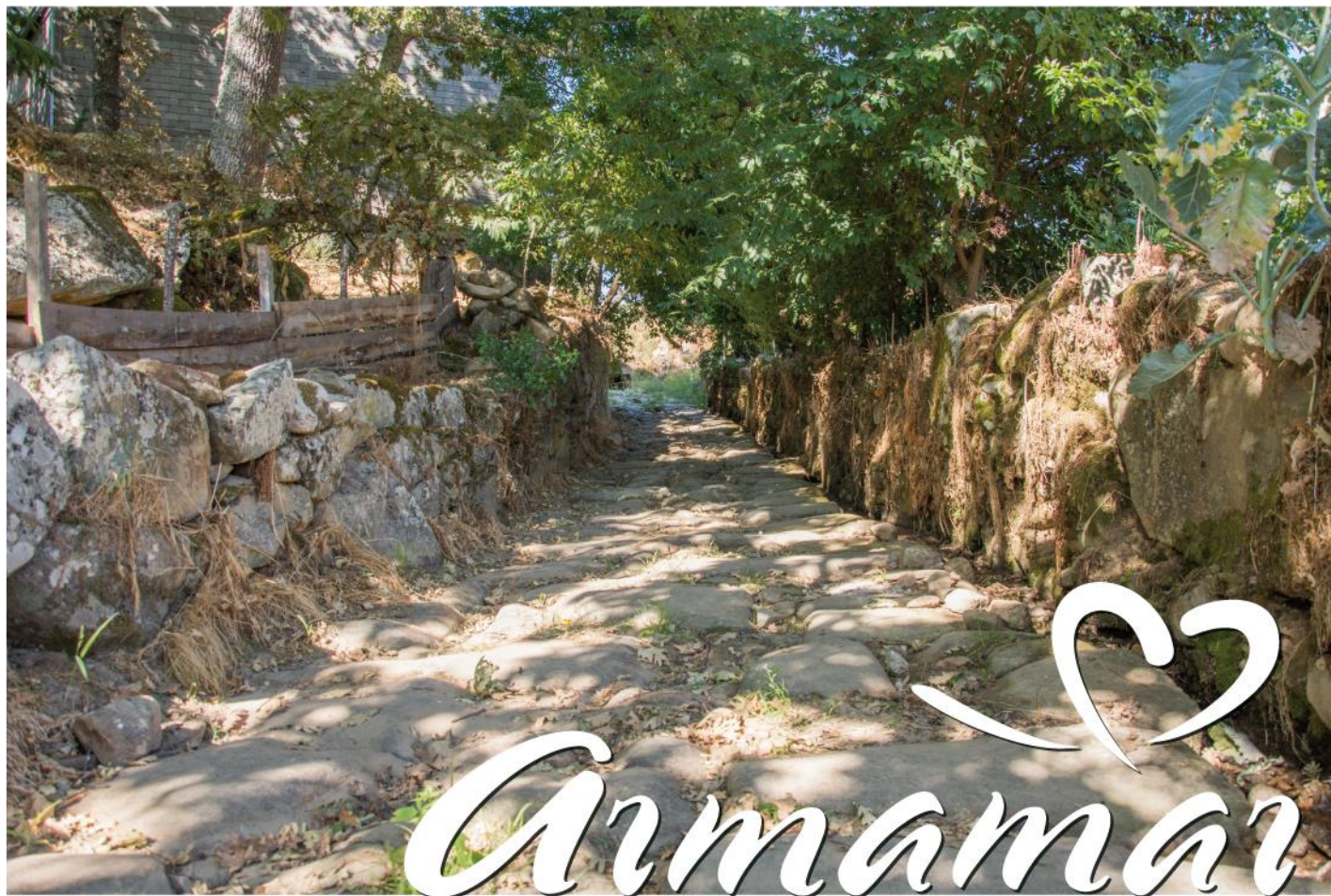
2025

*Armamar*  
Terra de Emoções

WWW.CM-ARMAMAR.PT







## MUNICÍPIO DE ARMAMAR



## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I - OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO .....</b>	<b>4</b>
Artigo 1.º - Identificação e objeto do concurso .....	4
Artigo 2.º - Entidade pública adjudicante .....	4
Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar .....	4
Artigo 4.º - Fundamento da escolha do procedimento .....	4
Artigo 5.º - Preço base .....	5
Artigo 6.º - Prazo de execução .....	5
<b>CAPÍTULO II - APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS .....</b>	<b>5</b>
Artigo 7.º - Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento .....	5
Artigo 8.º - Erros e omissões das peças do procedimento .....	6
Artigo 9.º - Impedimentos .....	6
Artigo 10.º - Modo e prazo para apresentação das propostas .....	6
Artigo 11.º - Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas .....	7
Artigo 12.º - Documentos e elementos que constituem as propostas .....	7
Artigo 13.º - Apresentação de propostas variantes .....	9
Artigo 14.º - Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas .....	9
<b>CAPÍTULO III - ANÁLISE DAS PROPOSTAS .....</b>	<b>9</b>
Artigo 15.º - Critério de adjudicação .....	9
Artigo 16.º - Leilão eletrónico .....	9
Artigo 17.º - Relatório preliminar de análise das propostas .....	10
Artigo 18.º - Critério de desempate .....	10
Artigo 19.º - Audiência prévia .....	10
Artigo 20.º - Relatório final de análise das propostas .....	10
<b>CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
Artigo 21.º - Notificação da decisão de adjudicação .....	10
Artigo 22.º - Documentos de habilitação .....	11
<b>CAPÍTULO V – CAUÇÃO .....</b>	<b>12</b>



Artigo 23.º - Caução para garantir o cumprimento das obrigações .....	12
<b>CAPÍTULO VI – CONTRATO.....</b>	<b>12</b>
Artigo 24.º - Redução do contrato a escrito .....	12
Artigo 25.º - Minuta do contrato .....	13
Artigo 26.º - Outorga do contrato .....	13
<b>CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES GENÉRICAS .....</b>	<b>14</b>
Artigo 27.º - Inscrição na plataforma eletrónica e acesso às peças do concurso .....	14
Artigo 28.º - Assinatura eletrónica .....	14
Artigo 29.º - Apoio técnico referente à plataforma eletrónica .....	14
Artigo 30.º - Agrupamentos .....	15
Artigo 31.º - Contagem dos prazos na fase de formação dos contratos.....	15
Artigo 32.º - Consulta preliminar ao mercado .....	15
Artigo 33.º - Legislação aplicável .....	16
<b>LISTA DE ANEXOS.....</b>	<b>16</b>



## CAPÍTULO I - OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO

### Artigo 1.º - Identificação e objeto do concurso

1. O presente procedimento segue a tramitação do concurso público, nos termos do artigo 130.º a 148.º do Código dos Contratos Públicos (doravante «CCP»), tendo por objeto a aquisição de serviços designada **“Revisão ao Projeto de execução para a Requalificação do Edifício do Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira”**.
2. Os serviços objeto do presente concurso são classificados com o código 71250000-5 de acordo com a nomenclatura de referência dada pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV), correspondente à descrição de Serviços de arquitetura, engenharia e levantamento topográfico, indicados no anexo I ao Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, publicado no JOUE n.º L 74, de 15 de março de 2008.

### Artigo 2.º - Entidade pública adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Armamar, pessoa coletiva pública n.º 506 843 190, sita na Praça da República 5110-127 Armamar, com o telefone n.º (+351) 254 850 800 e endereço eletrónico [geral@cm-armamar.pt](mailto:geral@cm-armamar.pt).

### Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar consta no despacho exarado na resolução n.º 2025-0110 de 22 de janeiro de 2025 pelo Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea a), n.º I do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação, conjugado com o disposto na parte final do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação.

### Artigo 4.º - Fundamento da escolha do procedimento

O procedimento escolhido é o concurso público, nos termos da alínea c) do n.º I do artigo 16º conjugado com a alínea b) do artigo 20º e dos artigos 130º e seguintes do CCP.



### **Artigo 5.º - Preço base**

O valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar é de **44.750,00 €** (quarenta e quatro mil e setecentos e cinquenta euros), que limita o preço contratual, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

### **Artigo 6.º - Prazo de execução**

1. A presente aquisição de serviços deverá ser executada no prazo máximo de **36 meses**, contados da data de assinatura do contrato, em conformidade com os respetivos termos e condições e o dispositivo na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O prazo está contemplado em 3 fases, devidamente discriminadas na cláusula 2.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos.

## **CAPÍTULO II - APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

### **Artigo 7.º - Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento**

3. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do júri, devendo os interessados enviar os seus pedidos de esclarecimento através da plataforma até ao primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão prestados até ao segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
5. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação das peças do concurso até ao dia referido no número anterior.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.



### **Artigo 8.º - Erros e omissões das peças do procedimento**

Até ao primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, os interessados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados nas peças do procedimento, nos termos do artigo 50.º do CCP.

### **Artigo 9.º - Impedimentos**

Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem abrangidas por qualquer das situações descritas no artigo 55.º do CCP.

### **Artigo 10.º - Modo e prazo para apresentação das propostas**

1. Os documentos que constituem as propostas são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. As propostas devem ser apresentadas diretamente na plataforma eletrónica, disponível em <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/index.php/>, **até às 23h59 do sétimo dia**, a contar da publicação do anúncio do concurso.
3. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio.
4. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data referida no n.º 2 do presente artigo.
5. Os prazos para apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.
6. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.



### **Artigo 11.º - Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas**

1. O júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na referida plataforma eletrónica.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

### **Artigo 12.º - Documentos e elementos que constituem as propostas**

1. Os preços dos trabalhos propostos pelos concorrentes devem incluir todas as especificações definidas nas cláusulas técnicas do caderno de encargos.
2. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos e elementos, sob pena de exclusão:
  - a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP, e que constitui o **Anexo I** do presente programa do procedimento;
  - b) Documentos que contenham os atributos da proposta:

Proposta – Proposta contratual, que deve obedecer ao disposto no n.º I do artigo 58.º e nos artigos 62.º e 66.º do CCP, e que pode ser elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo II** a este programa de procedimento (Minuta da proposta), do qual faz parte integrante.
  - c) Constituição da equipa técnica que elaborará a revisão ao projeto de execução em conformidade com o modelo constante do **Anexo III**, referenciando o





Coordenador do Projeto e os restantes elementos da equipa da revisão do Projeto **por especialidade**, incluindo:

- i) Comprovativos das inscrições válidas em associação pública de natureza profissional, do Coordenador da equipa e dos elementos que constituem a equipa a alocar à prestação de serviços.
  - ii) Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, do Coordenador da equipa e dos elementos que constituem a equipa a alocar à prestação de serviços.
  - iii) Curriculum vitae, do Coordenador da equipa e dos elementos que constituem a equipa a alocar à prestação de serviços.
- g) Certidão permanente e se aplicável procuração;
- h) Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º I do artigo 57.º do CCP;
3. Todos os documentos que constituem a proposta deverão ser assinados digitalmente pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, segundo a portaria em vigor.
4. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no número anterior deverão ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos aos documentos da proposta, os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
5. Os preços constantes da proposta são indicados em euros e em algarismos até duas casas decimais, e não incluem o Imposto de Valor Acrescentado (IVA), o qual acresce às taxas aplicáveis que vigorarem na data da respetiva liquidação.



6. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, estes prevalecem, para todos os efeitos, em caso de divergência, sobre os indicados em algarismos.
7. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
8. Não é permitida a apresentação de proposta com alterações de cláusulas do caderno de encargos.
9. Quaisquer encargos relativos à elaboração da proposta, incluindo estudos, testes ou outras atividades com ela conexas, são suportados integralmente pelo concorrente.

### **Artigo 13.º - Apresentação de propostas variantes**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

### **Artigo 14.º - Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas**

O prazo mínimo de obrigação de manutenção das propostas é de 90 dias.

## **CAPÍTULO III - ANÁLISE DAS PROPOSTAS**

### **Artigo 15.º - Critério de adjudicação**

- I. De acordo com o disposto na alínea b) do n.º I do artigo 74.º do CCP, o critério de adjudicação da aquisição de serviços é o monofator - avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

### **Artigo 16.º - Leilão eletrónico**

Não há lugar a leilão eletrónico.



### **Artigo 17.º - Relatório preliminar de análise das propostas**

1. Após a análise das propostas, o júri elaborará fundamentadamente o relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas, com base no critério de adjudicação e modelo de avaliação definido no presente programa de concurso.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior deve o júri também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas por qualquer dos motivos indicados no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes.

### **Artigo 18.º - Critério de desempate**

Para cumprimento do n.º 4 do art.º 74º do CCP, é definido o sorteio como critério de desempate.

### **Artigo 19.º - Audiência prévia**

Elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o a todos os concorrentes para que no prazo de 5 dias úteis, se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

### **Artigo 20.º - Relatório final de análise das propostas**

Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

## **CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO**

### **Artigo 21.º - Notificação da decisão de adjudicação**

O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes da decisão tomada, remetendo-lhes o relatório final de análise das propostas.



## Artigo 22.º - Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:

O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação previstos no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos:

- a) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva (empresa) e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
  - b) Certidão contributiva a comprovar que a situação se encontra regularizada relativamente a contribuições para a segurança social (certidão contributiva) em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
  - c) Certidão tributária a comprovar que a situação se encontra regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
  - d) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP, e que constitui o **Anexo IV** do presente programa de procedimento, devendo ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
  - e) Comprovativo do registo central de beneficiário efetivo, nos termos do n.º I do artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, se aplicável;
  - f) **Anexo V**, para efeitos do disposto na Cláusula 6.ª do Programa do Procedimento e 2ª do Caderno de Encargos.
2. Os documentos de habilitação são apresentados diretamente na plataforma eletrónica já identificada, através do meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
3. Quando o adjudicatário for um agrupamento os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem.



4. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis destinado ao seu suprimento.
5. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos previstos no artigo 86.º do CCP, o adjudicatário é notificado relativamente ao facto que ocorreu, sendo fixado um prazo de 5 dias úteis para que este se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
6. Quando o facto a que se refere o número anterior se verifique por causa não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar, em função das razões invocadas, notificará o adjudicatário para a apresentação dos documentos em falta, fixando-lhe um prazo adicional de 5 dias úteis para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação.
7. Os documentos identificados no presente ponto devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica, disponível em <http://acingov.pt>.

## **CAPÍTULO V – CAUÇÃO**

### **Artigo 23.º - Caução para garantir o cumprimento das obrigações**

1. É dispensada a apresentação de caução ou garantia bancária de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

## **CAPÍTULO VI – CONTRATO**

### **Artigo 24.º - Redução do contrato a escrito**

1. Os contratos são reduzidos a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a oposição de assinaturas eletrónicas qualificadas.
2. Salvo disposição em contrário, as despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do município de Armamar, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.





### **Artigo 25.º - Minuta do contrato**

1. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos, nos termos do disposto no artigo 99.º do CCP.
2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário, quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 dias úteis subsequente à respetiva notificação.
3. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integrem o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
4. No prazo de 10 dias úteis a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato procede à notificação do adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da mesma.
5. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

### **Artigo 26.º - Outorga do contrato**

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
  - a) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
  - b) Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do CCP e no caderno de encargos;
  - c) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.
2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 3 dias úteis, a data da outorga e remessa do contrato com a extensão tipo “pdf”.



## CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES GENÉRICAS

### **Artigo 27.º - Inscrição na plataforma eletrónica e acesso às peças do concurso**

1. A participação no concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica, disponível em <http://acingov.pt>.
2. O acesso ao procedimento e às peças do mesmo é gratuito e permite efetuar a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas.
3. O disposto no n.º I do presente artigo não é aplicável às entidades que já se encontrem registadas na plataforma eletrónica.
4. A plataforma eletrónica é o canal único de comunicações no âmbito do presente concurso.

### **Artigo 28.º - Assinatura eletrónica**

1. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
2. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em [www.gns.gov.pt](http://www.gns.gov.pt)).
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).

### **Artigo 29.º - Apoio técnico referente à plataforma eletrónica**

Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica, poderão recorrer ao apoio técnico junto da entidade gestora da mesma, através dos contactos disponibilizados para esse fim no endereço eletrónico <http://acingov.pt/>.



### **Artigo 30.º - Agrupamentos**

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de agrupamento complementar de empresas com responsabilidade solidária dos seus membros.

### **Artigo 31.º - Contagem dos prazos na fase de formação dos contratos**

1. À contagem de prazos relativos ao presente procedimento é aplicável o disposto no artigo 470.º do CCP.
2. Os prazos fixados para a apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.
3. O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte, salvo no que diz respeito ao prazo de apresentação de propostas previsto no número anterior.

### **Artigo 32.º - Consulta preliminar ao mercado**

1. Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter o preço base.
2. Foi com base nessas informações que se obteve o preço base do artigo 5.º, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.
3. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta forem classificados como confidenciais por parte do interessado.



### **Artigo 33.º - Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Convite aplica-se a legislação nacional e comunitária, nomeadamente o regime previsto nos seguintes diplomas:

- a) Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- b) Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro;
- c) Diretiva n.º 2014/24/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro;
- d) Em demais legislação aplicável.

### **LISTA DE ANEXOS**

Anexo I – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 57.º do CCP.

Anexo II – Modelo da Proposta.

Anexo III – Modelo de declaração da constituição da equipa técnica.

Anexo IV – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 81.º do CCP.

Anexo V - Modelo para efeitos do disposto na Cláusula 6.ª do PP e 2ª do CE.



## ANEXO I

### MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 57.º do CCP]

1 — ..... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ..... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... [designação ou referência ao procedimento em causa] e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas Artigos.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) .....

b) .....

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.





6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º I do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), ..... (data), ..... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º I e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



## ANEXO II

### Minuta da Proposta

..... (nome, número de documento de identificação e morada), depois de ter tomado conhecimento do objeto do Procedimento por Concurso Público para **“Revisão ao Projeto de execução para a Requalificação do Edifício do Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira”**, a que se refere o anúncio, publicado no ..... e datado de ....., obriga-se a executar o contrato em conformidade com o constante do presente programa de procedimento, respetivo caderno de encargos e demais anexos, nos seguintes termos e condições:

Preço Contratual (Total) de: .....€. (numerário e por extenso);

Prazo de execução de: .....

Etc.....;

Etc.....

À quantia supra acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor de ....%.

Mais declara que renúncia a qualquer foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do respetivo contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor e aceita como competente para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato o Tribunal territorialmente competente com expressa renúncia qualquer outro.

... (local), ... (data), ... [assinatura]..



### ANEXO III

#### Modelo de declaração da constituição da equipa técnica

\_\_\_\_\_ (denominação social e sede da empresa concorrente), declara que a composição da equipa técnica a afetar é a seguinte:

Coordenador de Projeto:

- Nome, qualificação profissional;

Autor(es) de Projeto da(s) várias especialidade(s):

- Nome, qualificação profissional, especialidade;
- Nome, qualificação profissional, especialidade;
- Etc.

Restantes elementos da equipa de projeto da(s) várias especialidade(s)::

- Nome, qualificação profissional, especialidade;
- Nome, qualificação profissional, especialidade;
- Etc.

Data \_\_\_\_\_

Assinatura(s) \_\_\_\_\_ (I)

(I) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.



## ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 81.º do CCP]

1 — ..... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ..... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ..... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ..... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), ..... (data), ..... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]



**ANEXO V**

Procedimento Pré-Contratual de Concurso Público

**“Revisão ao Projeto de execução para a Requalificação do Edifício do  
Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira”**

Entidade Adjudicante: Município de Armamar

**DECLARAÇÃO**

(para efeitos do disposto na Cláusula 6.ª do Programa do Procedimento e 2.ª do Caderno de Encargos)

....., NIF ....., portador do Cartão de Cidadão n.º ....., válido até ....., com poderes para o Acto, na qualidade de ..... da ....., NIPC ....., com sede na .....,

DECLARA,

Sob compromisso de honra,

Que a sua representada se compromete ao Acompanhamento e Assistência Técnica ao Dono de Obra no âmbito da execução do Contrato de Empreitada a celebrar na sequência do presente Procedimento Pré-Contratual, até à assinatura do auto de receção provisória da mesma, reconhecendo que tal consubstancia uma obrigação que perdura para além da cessação do Contrato.

Data ..., ... de ... de ...,

Pela ....

---

(assinatura)

Programa de procedimento aprovado pelo órgão competente em 22/01/2025

O Presidente da Câmara Municipal

(assinado digitalmente)

